

buiu a ocorrência do incidente da ilha da Taipa do dia 15 de Novembro aos chineses e classificou-o como «um motim premeditado». Mas, enquanto a imprensa portuguesa de Macau, não noticiou a ocorrência de qualquer agitação durante a conferência, Marya defende que esta acabou apressadamente no meio de uma grande confusão quando o tenente-coronel Galvão de Figueiredo foi interpelado pela imprensa chinesa.

Por outro lado, ela realizou também a cobertura televisiva da cerimónia de chegada a Macau do governador Nobre de Carvalho em 25 de Novembro. A jornalista partiu de Macau no dia 6 de Dezembro, isto é, dois dias após os distúrbios dos dias 3 e 4 de Dezembro.

Para além de ter observado momentos cruciais que ajudam a compreender a ocorrência dos incidentes, revela que um número impressionante de 12 000 residentes de Macau, isto é, portugueses, macaenses e chineses, se refugiaram em Hong-Kong nas ocasiões mais críticas dos tumultos. Marya regressou ao enclave mais algumas vezes para observar *in situ* a evolução da tensa situação política, social e interétnica.

Tal como os demais estudiosos que se têm debruçado sobre este período turbulento de Macau, Marya Glyn-Daniel atribui a responsabilidade pela ocorrência dos distúrbios ao encarregado do governo, tenente-coronel Mota Cerveira, e à inexperiência do governador, brigadeiro Nobre de Carvalho.

Embora o trabalho de José Pedro Castanheira seja superior, em todos aspectos, ao da sua colega australiana, recomenda-se vivamente a leitura de ambos. Desta forma, poderemos ficar com uma ideia mais próxima da realidade que se vivia em Macau no período pré-«revolução cultural» e na primeira fase desta época agitada do passado recente do enclave, das relações luso-chinesas e dos condicionalismos que permeavam a presença portuguesa no Sul da China.

MOISÉS SILVA FERNANDES

*François Guichard, Lorenzo López Trigal e Louis Marrou (coords.), Itinerarios Transfronterizos en la Península Ibérica*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 298 páginas.

*Lorenzo López Trigal e François Guichard (coords.), La Frontera Hispano-Portuguesa: Nuevo Espacio de Atracción y Cooperación*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2000, 313 páginas.

Estas duas obras são o resultado de um projecto de investigação sobre «articulação territorial na Península Ibérica», desenvolvido por académicos de

14 universidades de Espanha, França e Portugal no quadro de um programa de quatro anos (1995-1998), liderado pela Maison des Pays Ibériques, que procura comparar os processos de integração das fronteiras luso-espanhola e hispano-francesa.

O primeiro livro inclui uma interessante descrição de sete itinerários correspondentes a «reconhecimentos territoriais» (visitas de estudo, mesas-redondas, jornadas) efectuados a distintos troços da fronteira luso-espanhola entre Setembro de 1995 e Novembro de 1998. Às notas de viagem assim organizadas adiciona-se ainda um conjunto de reflexões que mostram como as perspectivas e visões iniciais dos membros da equipa de investigação foram evoluindo como consequência do contacto directo estabelecido com as populações e as realidades locais.

O segundo livro corresponde às actas de um simpósio realizado em Zamora, no ano de 1997, integrado na comemoração dos 700 anos do Tratado de Alcanices, o qual fixou a fronteira mais antiga e estável da Europa. É sobre o conteúdo desta segunda obra que incidirão os comentários que se seguem.

Refira-se, antes de mais, que este projecto de investigação nos traz, de imediato, à memória o estudo pioneiro realizado por António Pintado e Eduardo Barranechea sobre a região da raia no início dos anos 70<sup>1</sup>. Apesar

de terem passado quase três décadas em que ocorreram profundas alterações políticas, sociais e económicas em ambos os países ibéricos, muito do que então se salientou sobre esta «fronteira do subdesenvolvimento» permanece estranhamente actual.

O livro coordenado por Lorenzo López Trigal e François Guichard inclui as comunicações apresentadas no simpósio de Zamora e transcreve os diálogos e debates que tiveram lugar durante o encontro. Esta diversidade contribui para enriquecer o conteúdo da obra, conferindo-lhe uma vivacidade dificilmente compatível com o registo mais formal dos textos escritos, mas inviabiliza qualquer esforço de síntese sistemática das ideias e interpretações em confronto. Os comentários que se seguem não têm, por isso, a pretensão de se referirem aos contributos de todos os que participaram neste simpósio. O objectivo é, antes, o de salientar alguns aspectos que, pela sua importância ou originalidade, constituem peças essenciais para um melhor entendimento dos processos de formação, evolução e funcionamento da fronteira luso-espanhola, olhando para as suas particularidades à luz das tendências que se verificam nouros países, nomeadamente da União Europeia.

Uma primeira ideia decorre da visão de fronteira como actor da história, para utilizar a designação proposta por Marrou (p. 40). Ao longo

do tempo, a fronteira política entre os dois países funcionou como um factor activo de barreira, mas também de contacto. É verdade que a maior parte dos contributos deste livro insistem na forte impermeabilidade desta fronteira até ao período recente de adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia. Mas é interessante verificar como, ao nível dos espaços de vida locais, a «transgressão» deste limite político-administrativo é considerada natural e vantajosa, como sucede com os campeses que cultivam terras de melhor qualidade do outro lado da fronteira ou com os indivíduos que se dedicam à tradicional actividade de contrabando.

A ideia de que a demarcação de uma linha divisória de natureza política estimula a ocorrência de práticas particulares de afirmação, adaptação e tensão associa-se, inevitavelmente, à visão de fronteira como memória (Guichard, p. 260). As fronteiras geram «antagonismos ferozes, mas também fraternas solidariedades», conforme relembraria Oliveira Ramos (p. 23), e por isso induzem identidades e representações que perduram muito para além da sua própria abolição.

O problema da percepção da fronteira é, por isso, essencial. A visão que dela se tem ao nível local ou nos centros de decisão política é necessariamente muito distinta: uns vivem a fronteira e, por isso, têm com ela uma relação de proximidade diária; outros gerem-na à distância, procurando mantê-la viva e eficaz; outros ainda atravessam-na de forma esporádica, como quem passa por

um obstáculo que se interpõe tecnicamente no caminho. Há percepções bem distintas da fronteira: militar, fiscal, linguística, etc., como nos relembraria o texto de Francisco Ribeiro da Silva. E o seu grau de vinculação é, igualmente, muito desigual.

É verdade que conhecer a fronteira implica detectar vários olhares e considerar diferentes escalas geográficas de análise. E, no entanto, ela existe objectivamente, com traços que a cartografia militar esclarece e perpetua (como o contributo de João Carlos Garcia bem salienta) e que a natureza relembraria, dada a importância que vales e montanhas tiveram na sua configuração. O carácter prematuro da fixação da fronteira terrestre portuguesa e a sua posterior estabilidade impressionam por comparação com a realidade de muitos outros países europeus. Mas também neste domínio os contributos desta obra abrem novas pistas. E a componente marítima da nossa fronteira com Espanha? Marrou, por exemplo, sublinha que à estabilidade da fronteira terrestre se opõe a mobilidade da fronteira marítima: o limite imperial definido pelo Tratado de Tordesilhas foi, entretanto, substituído pela delimitação moderna das zonas económicas exclusivas. Novos espaços de exploração implicam novos conceitos de fronteira e, por consequência, novas delimitações geográficas e ... novas frentes de transgressão e de conflito.

A fronteira, esse «tipo extremo de limite» (Guichard, p. 17), implica

traçados, condiciona usos, constrói percepções, influencia comportamentos. É, por isso, particularmente interessante tentar averiguar o que se passa quando emerge um contexto de «fronteira aberta» (Charrier, p. 148), como o que resultou, primeiro, da adesão simultânea de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia (1986) e, depois e de forma mais intensa, da criação do mercado único (1996).

Um número significativo de comunicações, em particular da secção vi, aborda claramente esta questão. A crescente mobilidade de pessoas, bens e ideias possibilitada pela liberalização das fronteiras internas à União Europeia veio criar uma nova realidade.

Tradicionalmente, as áreas fronteiriças de Portugal e Espanha eram duplamente periféricas: de um ponto de vista geográfico, estavam distantes dos grandes pólos de decisão política e económica de cada um dos países; de um ponto de vista sócio-económico, revelavam carências graves que justificaram a designação de «fronteira do subdesenvolvimento» utilizada, no início dos anos 70, na obra de Pintado e Barranechea já anteriormente referenciada. A fraca permeabilidade fronteiriça explica a existência de duas áreas próximas na localização geográfica e no nível de desenvolvimento, mas longínquas em termos de relacionamento, se exceptuarmos alguns particularismos de nível local.

A transformação de uma fronteira política entre dois Estados numa

fronteira interna de uma instituição supranacional que estimula pró-activamente a mobilidade no seu interior como factor de coesão vem alterar de forma substancial a situação anterior. De fronteira a espaço transfronteiriço: esta expressão de Charrié (p. 143) resume o essencial dessa transformação. Este contexto de «fronteira aberta» vem conferir uma nova centralidade — política, mediática, geográfica — aos territórios fronteiriços. A aposta na melhoria das infraestruturas de transporte e comunicação, o desenvolvimento de múltiplas formas de cooperação entre agentes de ambos os lados da fronteira, os programas comunitários, como o INTERREG ou o LEADER, contribuem, ainda que muitas vezes a ritmos bem aquém do esperado ou desejado, para intensificar fluxos em ambos os sentidos, reforçar interdependências, criar novas identidades. De espaço de passagem, os territórios fronteiriços vão-se transformando em espaços relacionais. As economias de fronteira dão gradualmente lugar a uma economia transfronteiriça. Os processos de desenvolvimento local têm agora uma componente endógena mais forte.

Sendo globalmente correctas, as observações do parágrafo anterior confrontam-se, no entanto, com alguns dos resultados apresentados por diversos autores do livro em análise.

Em primeiro lugar, torna-se necessário sublinhar a heterogeneidade das regiões fronteiriças. Mais do que uma situação generalizada de emer-

gência de um vasto espaço transfronteiriço, verifica-se o acentuar de corredores de mobilidade já existentes: Viana do Castelo-Vigo e Faro-Huelva, a um nível mais intenso; Guarda-Ciudad Rodrigo-Salamanca e Elvas-Badajoz, numa dupla óptica de proximidade e de grandes eixos ibéricos e europeus; Chaves-Verín, com um âmbito mais restrito. Curiosamente, alguns deles constituíram historicamente corredores de invasão, sugerindo uma interessante geomorfologia histórica e geográfica das fronteiras, recorrendo às palavras de Oliveira Ramos (p. 86).

Em segundo lugar, convém salientar que a inexistência de complementaridades claras entre os dois lados da fronteira, num contexto de relativo subdesenvolvimento, dificulta a consolidação de mercados transfronteiriços e a exploração de sinergias benéficas para as regiões dos dois países.

Finalmente, recorde-se que a existência de organizações político-administrativas muito distintas em Portugal e Espanha cria algumas dificuldades adicionais no que se refere à concepção de uma intervenção coerente para toda a região transfronteiriça.

Apesar dos fluxos significativos de ajudas comunitárias especificamente dirigidos para os territórios de fronteira, as análises realizadas negam a possibilidade de se invocar, de forma generalizada, a emergência de uma dinâmica de renovação e de desenvolvimento regional associada à nova natureza dos espaços fronteiri-

ços. Também neste caso é evidente o contraste com muitas outras áreas europeias, onde o efeito de fronteira estimulou novas formas de desenvolvimento através do reforço efectivo de complementaridades económicas e do estabelecimento de diferentes modalidades de cooperação entre agentes públicos, associativos e privados, criando novas solidariedades ou cimentando relacionamentos já existentes.

Estas são algumas das ideias apresentadas e ricamente exploradas e ilustradas ao longo do livro coordenado por Lorenzo López Trigal e François Guichard. Pena é que, embora tratando-se de um produto intermédio de um programa de investigação de quatro anos, os debates não tenham sido mais conclusivos. Nota-se a ausência de um quadro conceptual de partida capaz de conferir maior coerência à diversidade temática, disciplinar e metodológica das várias contribuições. E verifica-se também a ausência de um esforço de síntese final, útil não só para o leitor apressado ou preguiçoso, mas ainda, cremos, para o próprio prosseguimento da pesquisa. Resta-nos esperar pelas próximas publicações deste projecto, tendo a esperança de que o leque de ideias e perspectivas já disponíveis seja agora complementado por uma visão de conjunto mais estratégica e prospectiva, por um lado, e por estudos locais mais aprofundados e evolutivos, por outro.